

RECURSO ESPECIAL Nº 1.805.896 - CE (2019/0094743-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
RECORRENTE : VITOR QUINDERE AMORA (PRESO)
ADVOGADOS : FRANCISCO CLAYTON PESSOA DE QUEIROZ MARINHO -
CE001551
LEANDRO DUARTE VASQUES - CE010698
ANTONIO DE HOLANDA CAVALCANTE SEGUNDO -
CE021999
AFONSO ROBERTO MENDES BELARMINO - CE025465
MANOEL MATEUS JUNIOR E OUTRO(S) - CE017180
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, apresentado por VITOR QUINDERE AMORA, com fulcro no art. 105, inciso III, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.º 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de VITOR QUINDERE AMORA, a parte Recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 27/04/2016, sendo o recurso especial interposto somente em 18/05/2016.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias corridos, nos termos do art. 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5º e 1.029, todos do Código de Processo Civil, bem como o art. 798 do Código de Processo Penal.

Ainda, a parte Recorrente foi intimada da decisão agravada em 24/08/2017, sendo o agravo somente interposto em 15/09/2017.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias corridos, nos termos do art. 994, VIII, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.042, *caput*, do Código de Processo Civil, bem como do art. 798 do Código de Processo

Superior Tribunal de Justiça

Penal.

A propósito, nos termos do § 6º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o que impossibilita a regularização posterior.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente